



347.01.2012.004942-1/000000-000 - nº ordem 962/2012 - Monitória - Contratos Bancários - BANCO SANTANDER SA X MMCC INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA - Vistos, etc. A pretensão tem em vista o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação Monitória é pertinente (artigo 1102a do C.P.C.). Defiro, pois, de plano, a citação, com prazo de quinze (15) dias, nos termos declinados na peça inicial (artigo 1102b do C.P.C.), anotando-se que, caso o (a) réu (ré) o cumpra, ficará isento (a) de custas e honorários advocatícios (artigo 1102c § 1º do C.P.C.) fixados, entretanto, estes, para o caso de não cumprimento, no importe de 10% (dez por cento). Nesse prazo, o (a) réu (ré) poderá oferecer embargos, e, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, "constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial" (artigo 1102c do C.P.C.). Expeça-se o mandado, consignando que, no caso de conversão do mandado inicial em executivo, será observado o disposto no artigo 475-J do Código de Processo Civil. Defiro a aplicação do artigo 172 e §§ do aludido diploma processual. Int. - ADV JORGE DONIZETI SANCHEZ OAB/SP 73055 - ADV RUBENS ZAMPIERI FILARDI OAB/SP 212835 - ADV FABIANA CRISTINA MENCARONI GIL OAB/SP 208092 - ADV MARIA HELENA DE CARVALHO ROS OAB/SP 201076 - ADV RAFAEL BARIONI OAB/SP 281098

347.01.2012.005036-3/000000-000 - nº ordem 971/2012 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA X VICENTE PEDRO MEDEIRO - Fls. 37 - Determino que o requerente emende a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, visando atribuir o correto valor à causa (atentar para o demonstrativo atualizado do débito), efetuando-se o recolhimento da taxa judiciária correspondente (diferença), sob pena de indeferimento. Atendida a providência, voltem conclusos para apreciação do pedido liminar. Int. - ADV MARCELO DAL SECCO SAKAMOTO OAB/SP 221252

347.01.2012.005027-2/000000-000 - nº ordem 972/2012 - Procedimento Ordinário - Reconhecimento / Dissolução - J. C. V. X A. S. P. - Fls. 07 - Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Trata-se de Ação de Reconhecimento e Dissolução de Sociedade de Fato. A inicial, desacompanhada de quaisquer documentos, impede a apreciação pelo Juízo. Com efeito, o autor não juntou xerocópia dos documentos de identificação. Ademais, pede a homologação da separação judicial. Assim sendo, para emenda, concedo o prazo de 10 dias. Int. e ciência. - ADV IOLANDA DE ALMEIDA CRISPIM DOS SANTOS OAB/SP 68708 - ADV DURVALINO CRISPIM DOS SANTOS OAB/SP 32899

347.01.2012.005066-4/000000-000 - nº ordem 981/2012 - Divórcio Litigioso - Dissolução - A. D. S. M. X P. S. M. - Fls. 14 - Vistos, etc. Defiro os benefícios da AJG. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 06 de novembro de 2012, às 15:00 horas. Frustrado este desiderato, o prazo para resposta iniciar-se-á desta data. Fica consignado, desde logo, no que toca com o divórcio, o disposto na Emenda Constitucional nº 66, de 13/07/2010, que deu nova redação ao parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal e fez dispensável a prova oral. Depreque-se a citação e intimação do requerido, atualmente preso na Penitenciária de Serra Azul, devendo, ainda, ser oficiado à unidade prisional requisitando o seu comparecimento. Intimem-se pessoalmente a autora. Sem embargo, oficie-se ao Cartório do Distribuidor, requisitando certidões em nome das partes para aferir eventual existência de ações envolvendo direito de família. Int. e ciência. - ADV HUMBERTO DONIZETI SCABELO OAB/SP 203839

347.01.2012.005075-5/000000-000 - nº ordem 982/2012 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - A. J. V. L. X E. R. L. - Fls. 09 - Vistos, etc. Processe-se pelo rito especial da Lei nº 5.478/68. Defiro os benefícios da AJG. Anote-se. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 06 de novembro de 2012, às 14:40 horas, consignando que, infrutífera, deverá o requerido ofertar resposta em audiência e por escrito, por intermédio de advogado, sob pena de revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Em sendo necessária a produção de prova oral, a audiência será suspensa, designando-se, de imediato, nova data para atendimento dessa finalidade. A medida tem em mira a salvaguarda da pauta de audiências do Juízo. Fixo os alimentos provisórios em 30% do salário mínimo nacional, devendo ser intimado para efetuar o depósito em conta judicial, bem como informar o nome da empresa em que labora e trazer xerocópia dos 03 (três) últimos comprovantes de rendimentos. Cite-se e intime-se, com as advertências legais, facultando-se os benefícios do artigo 172 e seus parágrafos do Código de Processo Civil. Intime-se pessoalmente a representante legal da menor e oficie-se à agência bancária oficial para abertura de conta. Deferido o levantamento de eventuais depósitos da pensão alimentícia, independentemente de conclusão dos autos. Int. e ciência. - ADV ARNALDO SEBASTIAO MORETTO OAB/SP 50740

347.01.2012.005122-3/000000-000 - nº ordem 992/2012 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - M. L. S. X N. M. D. S. S. E OUTROS - Fls. 13 - Vistos, etc. Processe-se pelo rito especial da Lei nº 5.478/68. Defiro os benefícios da AJG. Anote-se. Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 06 de novembro de 2012, às 15:20 horas, consignando que, infrutífera, deverão as requeridas ofertarem resposta em audiência e por escrito, por intermédio de advogado, sob pena de revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. Em sendo necessária a produção de prova oral, a audiência será suspensa, designando-se, de imediato, nova data para atendimento dessa finalidade. A medida tem em mira a salvaguarda da pauta de audiências do Juízo. Citem-se e intimem-se, com as advertências legais. Concedo as prerrogativas do artigo 172, parágrafo 2º do Código de Processo Civil. Intimem-se pessoalmente o autor e oficie-se à empregadora para que proceda ao desconto do percentual ofertado e deposite na conta noticiada. Int. e ciência. - ADV FABIO MENDES ZEFERINO OAB/SP 290773

347.01.2012.005155-2/000000-000 - nº ordem 1001/2012 - Recuperação Judicial - Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa - SUPERMERCADO SAO LUCAS MATAO LTDA - Fls. 177 - Vistos, etc. Presentes os requisitos do artigo 51 da Lei 11.101/2005, defiro o processamento da recuperação judicial de SUPERMERCADO SAO LUCAS MATÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 69.296.838/0001-70, nomeando como Administrador Judicial o advogado Dr. ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO, inscrito na OAB/SP. sob número 98.628, que, inclusive, deverá fazer uma análise detida de toda a documentação que instruiu a inicial. Determino, ainda, o seguinte:- 1) Dispensa de apresentação de certidões negativas, ressalvadas as exceções legais; 2) Suspensão das ações e execuções contra as devedoras, e também o curso dos respectivos prazos prescricionais, permanecendo os autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as disposições dos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 6º e §§ 3º e 4º do artigo 49 da mesma Lei, expedindo-se os ofícios de praxe; 3) Apresentação de contas demonstrativas até o dia 30 de cada mês, a serem autuadas sempre em apenso, sob pena de destituição do administrador; 4) Intimação do Ministério Público e comunicação por carta às Fazendas Públicas; 5) Comunicação à JUCESP para anotação do pedido de recuperação nos registros; 6) Expedição de edital, na forma do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005; 7) Intimação do administrador nomeado para que, em 48 horas, compareça em cartório para assinatura do termo de compromisso, de acordo com o disposto no artigo 33 da Lei 11.101/2005, oportunidade em que estimará seus honorários; 8) Ofícios aos órgãos de



proteção ao crédito e às instituições financeiras informando que os débitos da recuperanda encontram-se sob os efeitos da recuperação judicial, cujo processamento foi deferido nesta data. Int. e ciência. - ADV ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB/SP 98628 - ADV BRUNO SPINELLA DE ALMEIDA OAB/PR 55597 - ADV DIEGO RODRIGO MARCHIOTTI OAB/PR 55891

347.01.2012.005155-2/000000-000 - nº ordem 1001/2012 - Recuperação Judicial - Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa - SUPERMERCADO SAO LUCAS MATAO LTDA - Fls. 163 - Preliminarmente, anoto que o Ministério Público manifestou-se desinteressado no feito. Pleiteia a recuperanda os benefícios da Justiça Gratuita, o que não se pode admitir uma vez que se trata de pessoa jurídica. A propósito, confira-se o julgado abaixo transcrito: Tribunal Regional Federal - TRF1ªR. PROCESSUAL CIVIL - Pedido de assistência judiciária gratuita - Pessoa jurídica - Indeferimento - Ausência de comprovação de insuficiência de recursos. I. O entendimento desta egrégia Turma firmou-se no sentido de que "(...) No caso de pessoa jurídica, a extensão do benefício da justiça gratuita deve ocorrer somente às pessoas jurídicas pias, filantrópicas, consideradas socialmente relevantes, ou ainda, sem fins lucrativos" (AC 1999.01.00.003131-7/MG, Rel. Juiz Cândido Ribeiro, 3ª Turma, DJ 19/10/2001, pág. 54). II. Contudo, ainda que nesta hipótese, necessário se faz a demonstração ou a comprovação de insuficiência de recursos, eis que, no que toca à concessão de justiça gratuita à pessoa jurídica, não prevalece o princípio insculpido na Lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, segundo o qual "Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei (artigo 4º, parágrafo 1º)". III. Agravo improvido. - IV. Decisão mantida. (TRF1ªR - Ag nº 1999.01.00.072074-0/MG - 3ª Turma - Rel. Des. Federal Plauto Ribeiro - DJ 12.07.2002v.u.). No que toca com o pedido alternativo de diferimento das custas, a natureza da ação não se enquadra na hipótese daquelas em que o recolhimento das taxas judiciárias podem ser postergados para ao final da lide. A propósito, confira-se o disposto na Lei nº 11.608/03, capítulo III, artigo 5º, que trata do diferimento e das isenções da taxa judiciária. Assim sendo, concedo o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento das taxas judiciárias, sob pena de indeferimento da inicial. Int. - ADV ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB/SP 98628 - ADV BRUNO SPINELLA DE ALMEIDA OAB/PR 55597 - ADV DIEGO RODRIGO MARCHIOTTI OAB/PR 55891

347.01.2012.005156-5/000000-000 - nº ordem 1002/2012 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - ATLANTA TECNOLOGIA DE ATIVOS LTDA X VALDECIR REZADOR NUNES ME E OUTROS - Fls. 40 - Vistos, etc. Cite-se para pagamento em 03 (três) dias, sob pena de penhora e avaliação. Anote-se que os embargos poderão ser opostos no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente da segurança do Juízo (artigos 652, § 1º, e 736, ambos do CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa, os quais serão reduzidos à metade na hipótese de pagamento total do débito, no prazo consignado (art. 652-A, § único, CPC). O (s) executado (s) deverá (ão) ser advertido (s) das prerrogativas que lhe faculta (m) a nova lei de execução, em especial o disposto no art. 745-A, "caput", do CPC. Facultados os benefícios do artigo 172 e seus parágrafos do mencionado diploma processual. Int. - ADV MICHEL JAD HAYEK FILHO OAB/SP 247236

347.01.2012.005197-2/000000-000 - nº ordem 1011/2012 - Mandado de Segurança - Demissão ou Exoneração - C. A. S. X S. D. S. P. D. E. D. S. P. - Fls. 32/33 - Vistos. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Cícero Aparecido Soares contra ato do Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, alegando, em suma, que exercia a função de carcereiro de segunda classe na Delegacia Seccional de Polícia de Araraquara; que, no dia 04/06/2010, teve contra si instaurado processo administrativo disciplinar, pois fora denunciado como incurso no artigo 214, combinado com artigo 224, ambos do Código Penal, e no artigo 61 da Lei das Contravenções Penais; que foi interrogado, acompanhado por advogado ad hoc; que foi notificado para que constituísse advogado para sua defesa; que constituiu advogado; que o defensor constituído fez requerimento à Delegada de Polícia, mas foram indeferidos os pedidos dos itens 4 e 5, sob o fundamento de que não guardavam pertinência com o que estava sendo apurado; que foi notificado para apresentar alegações finais e informou ser impossível apresentá-las, tendo em vista a ausência de providências, falta de documentos essenciais à ampla defesa e por não ter sido designada audiência; que, no dia 19/07/2012, foi publicada no Diário Oficial do Poder Executivo a pena de demissão do impetrante a bem do serviço público, ato da Autoridade Coatora; que, em 25/07/2012, seu defensor requereu vista do PAD e, em 1º/08/2012, dirigiu-se até a 3ª Corregedoria Auxiliar de Ribeirão Preto e reiterou o requerimento, tendo sido informado de que os autos não estavam disponíveis, pois se encontravam no gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública, situação que perdura até o momento; que sofreu de transtorno emocional após os fatos que culminaram na instauração do processo administrativo disciplinar; que, no processo criminal, foi extinta a punibilidade pela decadência em relação ao delito do artigo 214, combinado com artigo 224, alínea a, ambos do Código Penal e a ação foi julgada parcialmente procedente, com condenação a dez dias-multa pela infração penal do artigo 61 da Lei das Contravenções Penais; que sua situação emocional se agravou, mas a Senhora Delegada de Polícia Corregedora indeferiu o pedido para que fosse submetido a junta médica especializada, para detecção de sua condição para o serviço policial e encaminhamento para exames psicotécnico e psicológico; que o indeferimento do pedido gerou cerceamento de defesa e nulidade do ato e dos que se seguiram. Requereu o impetrante a declaração de nulidade dos atos do processo administrativo, a partir da fl. 263, e a concessão de liminar, para sua imediata reintegração ao cargo, bem como para pagamento das verbas remuneratórias, desde a data da impetração. Juntou documentos (fls. 09/30). É o relatório. Não é possível a concessão da liminar pleiteada. Com efeito, não há nos autos cópia da decisão que aplicou a pena de demissão ao impetrante, a fim de se averiguarem as razões que efetivamente levaram à aplicação da penalidade. Há apenas cópia da página do Diário Oficial em que foi publicada a resolução contendo a demissão. Não há, outrossim, documentos que esclareçam se a decisão que aplicou ao impetrante a pena de demissão ainda é passível de recurso. Com relação ao indeferimento dos pedidos que formulou o impetrante no processo administrativo disciplinar, o documento de fl. 25 sequer se encontra assinado. Não há, ainda, documento que contenha o teor da(s) sentença(s) proferida(s) no juízo criminal. Não há como, pois, aferir-se neste momento a existência do direito líquido e certo que afirma o impetrante possuir. Acrescente-se que é vedada por lei a concessão de liminar que tenha por objeto pagamento de qualquer natureza. Pelas razões expostas, ausente o requisito do *fumus boni iuris*, indefiro a liminar pleiteada. Notifique-se a autoridade coatora, para que preste informações, no prazo de dez dias (artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.016/2009). Cumpra-se o determinado no inciso II do art. 7º da Lei nº 12.016/2009. Intimem-se. - ADV NATANAEL MARINHO DA SILVA OAB/SP 264581

347.01.2012.005206-1/000000-000 - nº ordem 1012/2012 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - J. G. L. E OUTROS - Fls. 07 - Visando aferir sobre o pedido de Justiça Gratuita, determino que os requerentes, em 10 dias, tragam declaração de rendas do último exercício. Outrossim, deverão trazer xerocópia da certidão de casamento com averbação da separação judicial. Int. - ADV ANDREA RODRIGUES SERAFIM OAB/SP 153578

347.01.2012.005366-8/000000-000 - nº ordem 1051/2012 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - BANCO PECUNIA SA X MARIELE CRISTINA FERNANDES - Fls. 24 - Vistos. Ante as provas documentais apresentadas,